

BORGES DA SILVEIRA

"País volta a viver o clima da estabilidade"

A votação do sistema de governo e do mandato presidencial já deu ao País os primeiros sintomas da "tão necessária estabilidade política". A constatação é do ministro da Saúde, deputado Luis Carlos Borges da Silveira, que aponta como reflexos daquelas decisões da constituinte a alta da Bolsa de Valores de São Paulo e da disposição de alguns organismos internacionais em voltar a investir no País.

Ele entende que essa estabilidade é que dará garantia aos novos programas governamentais de combate à inflação e à recessão. Borges da Silveira acha que o Brasil vive atualmente a fase da "Novíssima República" e que a transição será tranquila, com a eleição do sucessor do presidente Sarney em 1989. Ele defende uma total reatuação partidária ainda em 88, mas acha que as eleições municipais de novembro vão dificultar que isso aconteça. O ministro diz ainda que com a saída dos esquerdistas do PMDB a tendência é o Centro Democrático, grupo ao qual pertence, assumir a coordenação do partido. Borges da Silveira concedeu a seguinte entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE.

Sr. ministro, depois da votação do mandato do Presidente da República e do sistema de governo, o Sr. acredita que politicamente o Brasil vive uma nova fase?

Acredito que sim. A estabilidade política tão necessária quando nós vivemos uma crise econômica, como estamos vivendo nesses dias no Brasil, é necessário para que o País possa recuperar a sua própria situação de equilíbrio. Já sentimos reflexos logo após a votação, quando a bolsa de valores de São Paulo entrou em alta. Já sentimos reflexos nas posições de organismos internacionais que estão aguardando uma definição do quadro político brasileiro, para voltar a investir no País. E nós precisamos disso, de novos investimentos para que não corramos o risco de uma recessão. A inflação está hoje em índices que não poderão continuar. Além das medidas que o governo terá que tomar no combate ao déficit público, medidas que deverão ser drásticas, nós teremos que ter uma economia de guerra, o poder público terá que diminuir seus gastos, através de obras que poderão ser feitas, isso a nível dos governos federal, estadual e municipal. Por outro lado,

nós teremos que aumentar o investimento do setor privado. Então nós não podemos conviver com inflação alta e recessão. Há necessidade de novos investimentos, tanto internacionais, como do empresariado nacional. E para que isso ocorra é necessário o Brasil obter a estabilidade política. Essa estabilidade política está sendo conseguida após a votação do regime de governo, onde o presidencialismo saiu vitorioso, com mandato de cinco anos para o Presidente da República.

O Sr. definiria essa nova fase de "Novíssima República", como uma fase de euforia, mobilismo político, o Sr. definiria ela como pragmática e realista?

Eu entendo que sim. Se for definido o período de governo do presidente José Sarney, com mais dois anos de governo, nós teremos que ter um programa mínimo de governo com ele assumindo completamente o comando administrativo e político do País. Com sua equipe coesa, com sua unidade de governo, para que nós possamos ter uma transição democrática tranquila e possamos em 1989 eleger o presidente da República pelo voto direto. Dessa forma o Brasil poderá finalmente alcançar uma si-

tução de estabilidade.

Mesmo antes da votação, o Sr. sempre defendeu a reatuação partidária. O Sr. acha que ela é viável agora?

Nós não temos um quadro político partidário definido no País. Eu entendo que para uma democracia plena, nós precisamos ter esse quadro. Inclusive eu criticava e era contra o sistema parlamentarista, mesmo considerando esse sistema de governo, um sistema democrático e que em muitos países ele vem dando bons resultados, por ser mais estável. No Brasil, com a situação dos partidos políticos sem definição ideológica, sem unidade partidária, nós não teríamos condições de implantar o parlamentarismo porque seria um fracasso total. Então eu entendo que agora nessa nova fase há necessidade de uma reatuação partidária, para que nós possamos ter com a implantação da democracia plena, partidos políticos fortes e definidos ideologicamente. Sem isso nós nunca teremos democracia no País.

O Sr. é ainda um dos coordenadores do Centro Democrático. Ele pode se transformar num novo agrupamento político-partidário?

O Centro Democrático hoje praticamente um grupo político dentro do PMDB. Defende a linha do partido e os compromissos assumidos pelo partido, mas contra os radicalismos existentes. O Centro Democrático, como diz o nome, é um grupo de parlamentares definidos com a ideologia de centro, contra os radicalismos, sejam eles de direita ou de esquerda. Ele é democrático. Defende uma democracia neoliberal e a livre iniciativa. Essa filosofia une completamente o grupo. Quanto ao futuro, se esse grupo vai continuar participando dentro do PMDB ou com um possível desligamento como está ocorrendo, de alguns parlamentares do grupo mais esquerdista do partido, o Centro Democrático poderá ser o coordenador e o comandante dos destinos do PMDB.



Borges da Silveira: os centristas comandarão o PMDB

Que solução o Sr. prefere: o centro Democrático, abrigado em outra sigla ou o Centro Democrático como sucedâneo do PMDB?

Vai depender do que ocorrer nos próximos meses. Com as eleições municipais marcadas para novembro, dificilmente poderá haver, já nesse ano, uma ampla reforma partidária. O que eu acho que seria o mais correto para o País. Analisando dessa maneira eu acho que não havendo essa condição, essa ampla reforma, o Centro Democrático deverá permanecer no PMDB e continuar defendendo dentro do PMDB, a linha de pensamento do grupo, para que o PMDB assumia essa postura de centro, que é a postura da

maioria da população brasileira. Depois de votado o capítulo mais polêmico da Constituição, que linha o Centro Democrático vai operar dentro do parlamento?

Nós não terminamos a Constituição, os temas polêmicos foram jogados para as leis complementares, leis ordinárias que serão definidas nas comissões técnicas. O Centro Democrático vai procurar ocupar espaço nas comissões técnicas da Câmara para defender as suas posições na formulação dessa legislação complementar.

Já que não há possibilidade de se fazer uma reforma partidária antes das eleições municipais, o Sr.

O Sr. é apontado como um dos principais articuladores do governo e do presidente Sarney na vitória da votação do mandato e sistema de governo. Quais foram, na sua opinião, os principais aliados do governo nessa campanha?

O governo já tinha praticamente a maioria, os constituintes já estavam convencidos de que não há condições de realizar eleições presidenciais este ano. Pela própria situação econômica, pela demora dos trabalhos da Constituinte, nós deveremos ir até o mês de junho para terminar os trabalhos de redigir a nova Carta. Temos depois o trabalho com as leis complementares e as leis ordinárias. As assembleias legislativas estaduais terão que adaptar as constituições estaduais à nova constituição aprovada. Então não há condições para serem realizadas eleições em 1988. Então essa conscientização já existia. Agora, no governo, tivemos o trabalho dos ministros considerados políticos como Antônio Carlos Magalhães, Prisco Vianna, João Alves, Ronaldo Costa Couto, Hugo Napoleão, Iris Rezende, que realizaram um trabalho procurando mostrar aqueles constituintes que defendiam o parlamentarismo e que defendiam quatro anos de governo, a necessidade para o País no momento da aprovação do presidencialismo com um parlamento forte. Esse trabalho foi feito inclusive com a participação de alguns governadores, que também desempenharam um papel importante na conscientização dos constituintes, tanto de um lado como de outro. Nós tivemos governadores como Waldir Pires e Miguel Arraes que também trabalharam com os representantes dos seus estados no sentido inverso daquela postura de alguns governadores. Então, a vitória se deu também, pelo trabalho de alguns ministros e alguns governadores. O Presidente da República, na verdade, pessoalmente não participou. Ele se manteve equidistante, aguardando o resultado da votação da Assembleia Nacional Constituinte.

O Sr. acredita que o presidente Sarney val manter essa postura equidistante nas eleições municipais de novembro, já que agora ele não tem compromisso nem com o PMDB e nem com o PFL?

Acredito que não. O presidente Sarney sempre foi político. Ele foi presidente de partido, foi senador, governador, deputado federal e agora Presidente da República. Ele é um político. Mesmo que ele hoje esteja equidistante de partidos políticos e esteja desvinculado praticamente dos partidos políticos, ele participará. Agora, de que maneira ele participará? Provavelmente, apoiando aqueles que o apoiaram nos municípios, governos estaduais (deputados e governadores).

Essa base de apoio ao presidente Sarney começa a se definir finalmente com cabeça, tronco, membros? Quem são realmente os aliados do governo? O Sr. acha que ainda haverá um esforço de conciliação do Presidente em tentar agrandar os grupos ligados ao Dr. Ulysses que tabalhará contra ele?

Eu tenho a impressão que o presidente José Sarney tem hoje um grupo de apoio que representa mais de 50% do Congresso Nacional. Hoje o Presidente está liberado para realizar um trabalho administrativo sem uma grande influência política que o momento exige. Então esse trabalho a ser realizado que pode a curto prazo não surtir os efeitos desejados, é, acima de tudo, um traba-

lho de profundidade e sério, necessitando uma unidade total do governo nessa linha para recolocar o País no desenvolvimento, estabilidade econômica e crescimento que a sociedade brasileira está exigindo. Este trabalho, à medida que for dando resultado, vai aumentar o número de parlamentares e políticos que darão ao presidente José Sarney apoio à sua postura de governo, apoio à política que está sendo implantada pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, no sentido de conter o déficit público, para que o governo dê o exemplo à sociedade brasileira de que o momento é de apertar os cintos. Acho que o momento exige isso, não só esse respaldo agora que o Presidente já tem com a maioria dos congressistas, mas exige que a sociedade entenda neste momento esta nova postura que terá que ser imposta ao País.

"Já estamos sentindo os reflexos da votação do sistema de governo e do mandato presidencial. As bolsas de valores entraram em alta. O País precisa de estabilidade para voltar a crescer"

Esta postura rígida que o Sr. fala e as ações do ministro Mailson da Nóbrega apontam para essa direção, não tornam inviável a aglutinação de uma base partidária, uma vez que historicamente a classe política brasileira vê a União como um grande cofre, uma grande mãe financeira?

Eu acho que a classe política tem que mudar de postura. A classe política — eu sou um político — está desgastada perante a opinião pública. Se nós tivéssemos hoje um plebiscito tenho certeza que a maioria da população votaria favorável às eleições gerais, para recomermos tudo. Eu acho que a cúpula política e um grande número de políticos esquecem ou não querem saber, que entre uma eleição e outra existe um trabalho de responsabilidade de quatro anos. Que política não é só palanque eleitoral. Política não é só discurso, política é cumprir os compromissos assumidos, ter postura, transparência e definição, para que os políticos tenham credibilidade perante a opinião pública. Então é nesse sentido que eu acho que a própria posição do governo deve dar esse exemplo. A medida que os políticos sentirem que o povo está apoiando essa postura do governo, tenho certeza que a classe política caminhará nesse sentido.

Como é que fica o PMDB do Paraná, depois que as águas se alinharam. O Sr. e o governador Alvaro Dias de um lado e o senador José Richa de outro. O Sr. acha que o PMDB do Paraná também vai refletir essa reatuação que se avizinha na área nacional?

Eu acredito que sim. A própria votação, agora dos constituintes do Paraná, deu uma demonstração clara de divisão. Vários deputados paranaenses fazem parte do grupo MUP. Eles estão falando inclusive em sair do PMDB. Então eu acredito que haja uma modificação no Paraná. Nas bases partidárias dos municípios paranaenses. Nós ainda não sentimos essa divisão hoje. Esse possível afastamento do senador Richa do governador Alvaro Dias, ainda não teve reflexo nos municípios. Vamos ver nos próximos meses o que ocorrerá.

"O Grupo Centro Democrático defende uma democracia neoliberal e a livre iniciativa. E contra os radicais de direita e também de esquerda. No futuro ele poderá coordenar o PMDB"

acredita que essas eleições poderão ser um termômetro para que o partido possa depois então fazer a reatuação com mais segurança?

As eleições municipais, no quadro existente no Brasil, onde nós não temos partidos definidos na grande maioria dos municípios brasileiros médios e pequenos, a escolha será em torno do nome do candidato e não em clima de sigla partidária. Nos municípios o que conta é o nome, conceito, prestígio do candidato, vale muito mais do que a sigla partidária. Nos grandes centros a sigla partidária tem mais influência. O PMDB em 1986 representou uma sigla que ajudou a eleger candidatos. Hoje o PMDB não ajuda mais pelo próprio desgaste de ser governo. Ele não representa mais uma ajuda substancial nas eleições para os seus candidatos. Acho que o PMDB sofrerá defecções muito grandes com as eleições municipais. Se no passado, na época do bipartidarismo, quando o partido do governo era a ARENA ou o PDS (posteriormente), se manteve esses partidos durante muito tempo é porque existiam sublegendas para as eleições municipais. E a disputa interna do partido somando votos para o partido mantinha o partido com a maioria dos municípios. Agora, sem sublegenda nos municípios, nós já sentimos, inclusive no Paraná, muitas lideranças partidárias em vários municípios do estado que já estão deixando o PMDB, por não ter espaço e condições de ser candidato por esse partido, para poder disputar a eleição por outro partido. Então, na verdade, o PMDB começou a sofrer uma divisão muito grande sem a sublegenda nas eleições municipais.